

## A questão da via democrática ao socialismo<sup>1 2</sup>

Jaime Osorio<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo busca destacar aspectos centrais do Estado capitalista, do poder político e do aparato de Estado, a fim de discutir a tese de Nicos Poulantzas sobre uma “via democrática ao socialismo”. A presença de diversos governos caracterizados como populares ou progressistas, particularmente numerosos desde o início do século XXI na América Latina, constitui um incentivo para essa discussão. Aqui não pretendemos colocar em questão a pertinência de que as forças de esquerda busquem, como parte de suas lutas, vitórias eleitorais para alcançar posições relevantes no aparato de Estado. O espírito que anima este artigo é destacar os entraves que tais experiências enfrentam, em um quadro de debilidade dos debates estratégicos na esquerda regional e mundial.

**Palavras-chave:** Via democrática ao socialismo. Estado. Poder Político.

**Abstract:** The text aims to highlight some of the core aspects of the capitalist State, of political power and of the State apparatus, in order to discuss Nicos Poulantzas thesis regarding a “democratic road to socialism”. The presence of several governments qualified as popular or progressive, particularly numerous from the beginnings of 21st century in the region, motivates this discussion. The point is not to question the relevance of left-wing forces pursuing electoral triumphs and reaching significant positions within the State apparatus as part

---

<sup>1</sup> Traduzido Octávio Fonseca Del Passo e revisado por Mariana Davi. Agradecemos os comentários de Nicolle Berti.

<sup>2</sup> Todos os destaques em itálico e negrito no corpo do texto foram feitos por Jaime Osorio. Os destaques do autor nas citações estão indicados entre parênteses.

<sup>3</sup> Jaime Osorio é professor da Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco (UAM-X) e da pós-graduação em Estudos Latino-Americanos da Universidad Nacional Autónoma do México (Unam).

of their fights. The spirit is to address the knots that those experiences face, in a context of weakness of the strategic debates in both regional and global left.

**Keywords:** Democratic Road to Socialism. State. Political Power.

## **1. Do fetichismo do capital e do poder do valor na “síntese social”**

O capital, valor que se valoriza, é simultaneamente exploração e dominação, pois é constituído por uma unidade diferenciada de relações econômicas e políticas. A ruptura entre economia e política nos estudos sobre o capitalismo obedecem ao fetichismo que é gerado pelo valor nos processos que atravessam essas sociedades, aqueles que se enquadram com os interesses das classes sociais e frações que dominam.

O projeto civilizatório da burguesia está ligado ao imaginário de construção de um mundo de homens livres e iguais. Uma economia despolitizada e centrada no mercado permite sustentar a ficção dos acordos entre homens que livremente, sem sujeição, chegam ao mercado para comprar e vender mercadorias, enquanto uma política fraturada da economia favorece o imaginário de homens iguais enquanto possuidores de mercadorias, uns de dinheiro e outros de força de trabalho, que estabelecem acordos de compra e venda com direitos similares.

No mundo que o capital constrói, onde predomina a produção de mercadorias e, assim, de trocas, a “síntese social”, de acordo com a formulação de Alfred Sohn-rethel, é gestada pela “abstração real” que provém das operações de trocas.

Assim como os conceitos da ciência natural são abstrações-pensamento, o conceito econômico de valor é uma abstração real. Só existe no pensamento humano, mas não brota dele. Sua natureza é mais social e sua origem deve ser buscada na esfera

espaço-temporal das relações humanas. Não são os homens quem produzem estas abstrações, se não suas ações. Eles não sabem, mas o fazem. (SOHN-RETHEL, 1981, p. 28)<sup>4</sup>

Nessas trocas, os homens relegam a utilidade ou valor de uso dos produtos que trocam, privilegiando seu valor ou sua expressão como valor de troca. Dessa forma o valor de troca, como “abstração real”, se constitui em uma força que se impõem nas relações sociais, dominando os atos dos sujeitos e a eles mesmos (ÁVALOS, 2022). A força que subjaz à “abstração real” nos permitirá compreender o peso das ficções e das fetichizações que a lógica do capital impõe nos processos de exploração e de dominação.

O capital não apenas constitui e reconstitui as relações que asseguram a renovação incessante da exploração: capital acrescido, por um lado, e trabalhadores, por outro lado, despossuídos de meios de vida e de meios de produção. Também reconstitui as relações sociais de dominação e de poder que levam os trabalhadores a apresentarem-se no mercado – ou a regressarem aos centros produtivos – para que a exploração prossiga.

No capitalismo as relações sociais de exploração e as relações sociais de dominação começaram desde uma fratura/negação, as que em sua fetichização se projetam como o contrário. As leis imanentes de troca de mercadorias têm como ponto de partida a troca de equivalentes, de modo que o proprietário de dinheiro deve pagar o valor da mercadoria força de trabalho ao seu possuidor<sup>5</sup>. Isto é chave, porque

---

<sup>4</sup> “A abstração pertence à inter-relação dos agentes de intercâmbio e não aos próprios agentes. Ou seja, não são os indivíduos, mas suas ações, que produzem a síntese social. E o fazem de tal forma que, no exato momento em que a ação ocorre, seus agentes não têm conhecimento do resultado.” (SOHN-RETHEL, 1981, p. 49)

<sup>5</sup> Estamos ao nível do capital em geral. Dali até o nível do concreto, - com capitais que competem e disputam pela mais valia no mercado mundial e que intercambiam desigualmente, o que propicia modalidades de exploração em espaços desse sistema sob formas em que o salário fica abaixo do valor da força de trabalho – há um trecho a ser coberto na análise. Esse é um mérito de Marini (1973).

esta troca não afeta as regras mercantis de nenhum dos que compram e dos que vendem. No entanto, ao adquirir força de trabalho, o capital retira essa mercadoria da esfera da circulação (mercado de trabalho) e passa a dispor do valor de uso dessa mercadoria, colocando-a para trabalhar na esfera da produção, de modo a gerar um valor superior ao seu valor de troca.

Assim, através de um intercâmbio de equivalentes que termina sendo de não-equivalentes, se gesta a mais valia. Por ele, “considerado do ponto de vista da realidade econômica, [assinala Sohn-Rethel] o princípio de equivalência acaba por ser uma forma simples, uma forma em contradição com o seu conteúdo, ou seja, uma espécie de fraude, que, no entanto, e por isso mesmo, é indispensável”. (SOHN-RETHEL, 1981, p. 54). “(É) que, como mostrou o próprio Marx de maneira prolixa, a lei do valor é fundada em sua própria violação: não há fraude (...) porém, essa reluzente e pública lei teve um reverso negativo que, aliás, lhe serve de base: a mercadoria força de trabalho é trocada por um equivalente, mas seu núcleo gerador, o próprio trabalho, carece de valor, é um não valor, e é apropriado sem equivalente”. Dessa forma, “a lei é quebrada, mas essa ruptura é a que (...) sustenta a totalidade do capital como um todo”. (ÁVALOS, 2022, p. 166).

A não-equivalência, que se apresenta se ocultando na troca de equivalentes, a mais-valia, constitui o capital<sup>6</sup>, o qual convertido em sujeito, valor que busca se valorizar, desata um redemoinho que termina revolucionando e reconstituindo todos os âmbitos e dimensões da vida em comum.

A esfera do mercado aparece como o verdadeiro paraíso dos *direitos do homem*, sustenta Marx, e constitui o espaço lógico inicial de sua reflexão. Dentro desses limites

---

<sup>6</sup> No sentido pleno, como valor aumentado. Porque a compra de força de trabalho *já é uma operação do capital*, justamente na lógica de se valorizar. O capital é uma relação/processo que cria as condições para se produzir e reproduzir.

Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores (...) por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio”, e porque “Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. (...) Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. (MARX, 2017, p. 250-251).

Uma vez que se abandona a esfera do mercado – “de onde o *livre-cambista vulgaris* [vulgar] extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado” (MARX, 2017, p. 251) –, e “nossas *dramatis personae* [personagens teatrais]” se encaminham à esfera da produção, sofrem uma mudança em sua fisionomia. “O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, (...) o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar (...)” (MARX, 2017, p. 251).

Assim Marx descreve como a liberdade de troca não é nada mais que dominação. Esta é a segunda fratura/negação inerente ao capital. A liberdade de vender a força de trabalho é também a *dominação que o capital estabelece para assegurar a presença regular dos trabalhadores no mercado* ou nos centros de trabalho. A condição de destituído dos trabalhadores, sempre disponível para o capital, apesar de trabalhar e receber um salário, é uma espécie de “escravidão disfarçada” (MARX, 2017, p. 829).<sup>7</sup>, já que o trabalhador **mesmo** “pertence ao capital” ainda

---

<sup>7</sup> “[...] os sicofantas da economia burguesa (...) deveriam antes ter dirigido sua atenção para o fato de que o trabalhador, após o trabalho repetido de forma contínua, somente dispõe de seu trabalho vivo, imediato, para trocar. *A própria repetição é, de fato, só aparente. O que ele troca com o capital é toda a sua capacidade de trabalho, que ele depende, digamos, em vinte anos*”. (MARX, 2011, p. 361).  
(O primeiro destaque é de Osorio)

antes de vender-se ao capitalista (MARX, 2017, p. 652), ao se encontrar preso a seu proprietário “por fios invisíveis”, diferente da situação do escravo romano que “estava preso por grilhões a seu proprietário” (MARX, 2017, p. 648).

Acabar com um contrato de trabalho só alimenta a ilusão momentânea da liberdade do trabalhador, ao final haverá outras faces do próprio capital para as quais eles deverão vender sua força de trabalho. É *sua própria existência*, não mais reduzida apenas a horas de trabalho, que está subordinada à dominação do capital. A partir desta perspectiva, não existem *vazios de dominação*, nem sequer naqueles tempos e espaços quando se finaliza a jornada de trabalho e o produtor parece recuperar autonomia e capacidade de decidir o que fazer com seu tempo livre. Esses tempos são *intervalos para a reprodução da força de trabalho*. Em definitivo, “o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho” e “todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital” (MARX, 2017, p. 337). Dessa forma, a liberdade do trabalhador “é exatamente o oposto da liberdade efetiva: ao vender seu trabalho ‘livremente’, o trabalhador perde sua liberdade, o conteúdo real desse ato livre de venda é a escravidão do trabalhador ao capital” (ŽIZEK, 1992, p. 47-48).

Por essas razões, nas sociedades capitalistas não há força visível que levante os trabalhadores de suas espreguiçadeiras e os conduza a se dirigir ao mercado ou à fábrica. Não há polícias atuando. Só as necessidades de alimentos e de abrigo são suficientes. Também o hábito e a ordem estabelecida que internaliza que é “assim que se trabalha”. A violência física para educar os despossuídos dos meios de subsistência e de produção, como as leis contra a vadiagem, têm cumprido seu papel na história desse processo. Agora, de maneira predominante, *a violência e a coerção sistêmica operam sem se fazer visíveis*. Se constitui, assim, uma engrenagem de dominação e de exploração no capitalismo, onde ambas as relações estão plenamente articuladas. *A forma de*

*exploração* propicia a dominação e a *forma da dominação do Estado* propiciam a exploração.

A mesma situação dos personagens se dirigindo à esfera da produção, um como capitalista, dono de si, e outro, o “trabalhador sujo”, se reproduzirá, incluindo agora também a órbita da circulação, uma vez que a reprodução do capital e a compra/venda de força de trabalho se converte em um processo contínuo. Após revelar a obrigação do trabalhador “livre” de vender sua mercadoria (força de trabalho) ao capital, aquela liberdade se converte em sua negação. Ao generalizar esses processos sobre uma comunidade temos que o Estado capitalista reproduzirá a separação dos trabalhadores dos meios de produção, assim como sua *obrigação* de vender sua força de trabalho por necessidade. *O Estado capitalista domina e ainda recria a ficção dos trabalhadores livres*. Essa é uma das principais fetichizações para a conformação do “mundo encantado, distorcido e de ponta-cabeça” (MARX, 2017b, p. 892) que o capital reivindica e reconstrói.

A troca de equivalentes no mercado e de trabalhadores livres que vendem força de trabalho é o ponto lógico inicial da exploração e da dominação do capital. Mas, isso não significa que a presença de trabalhadores livres abra um *vazio de dominação* no processo. Primeiro porque a própria separação do trabalhador dos meios de produção é resultado da dominação e da violência das classes sociais. O capital não se “encontra” com o trabalhador livre, como assinala Marx, seguindo a lógica do ponto de partida<sup>8</sup>, (MARX, 2017, p. 244),

---

<sup>8</sup> “*Por que* razão esse trabalhador livre se confronta com o possuidor de dinheiro na esfera da circulação é algo que não interessa a este último, para quem o mercado é uma seção particular do mercado em mercadorias. *No momento*, essa questão tampouco tem interesse para nós. (...) No entanto (...) a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro” (MARX, 2017, p. 244). (O segundo destaque em itálico é de Jaime Osorio). Com o desenvolvimento da chamada “acumulação primitiva” (cap. XXIV, tomo I), chegou o momento de explicar *por que os operários livres no mercado* terão chegado à exposição (MARX 2017, p. 785 – 835).

mas ajuda a criá-lo<sup>9</sup>. Portanto, é a partir deste espaço conformado por aquela aguda coerção que os trabalhadores são forçados a se dirigir ao mercado para venderem sua força de trabalho. O fato de a sujeição dos trabalhadores ao capital não se tornar visível posteriormente não significa que ela não exista ou não funcione. Dentro dessas novas condições a violência e a coerção sistêmica invisível logram cumprir sua missão e o “trabalhador livre” se constitui em uma presença fantasmagórica.

A partir deste ponto de vista as relações de troca equivalente/não-equivalente e de trabalhadores livres/dominados, quer dizer, do ser e de sua negação, se estabelecem nos eixos centrais para explicar as contradições econômicas e políticas que constituem o capital e a luta de classes no capitalismo.

## 2. O Estado capitalista<sup>10</sup>

O Estado é primordialmente relação social. Mais precisamente o Estado é uma condensação de relações de poder político e de dominação entre classes sociais, as que participam da conformação de imaginários de comunidade. Determinadas pelas primeiras, também

---

<sup>9</sup> O licenciamento das hostes feudais, no último terço do século XV, “uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho” (MARX, 2017, p. 789) e os grandes senhores feudais expulsam os camponeses das terras que cultivam para se dedicarem à produção de ovelhas, devido à grande procura de lã. Desde o final do século XV e todo o XVI em toda a Europa Ocidental, leis foram promulgadas para perseguir com sangue e fogo a vagabundagem, que cresceu devido à expropriação de terras e à incapacidade da manufatura de absorver os braços livres criados. A burguesia está em ascensão, mas ainda não triunfou totalmente. Controla os salários, prolonga a jornada de trabalho e mantém a subordinação formal do trabalho. “Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva”. (MARX, 2017, p. 809).

<sup>10</sup> Divergimos de autores como Hirsch (2017) que assumem que o conceito de Estado se refere exclusivamente ao capitalismo, pela separação que estabelece entre dominação e exploração. Aqui assumimos Estado como a entidade que condensam relações de dominação e poder de classes, característica que está presente na história em outras sociedades classistas. A separação assinalada é uma particularidade do tipo de Estado capitalista frente aos outros tipos de Estados.



se imbricam no Estado outras relações de dominação e de opressão, como as étnicas e as de gênero.

A ordem social se reproduz dia a dia com tendências e resultados que não são consequências do azar, mas de uma dinâmica organizativa e de constituição de uma ordem em que a violência sistêmica (ZIZEK, 2009)<sup>11</sup>, inerente ao Estado capitalista, exerce um papel primordial. A violência que constitui a relação estatal escapa à simples boa ou má vontade dos indivíduos. É própria da dinâmica que constitui – e desata – o capital e se expressa como ordem social atravessada pela violência citada.

No contexto daquela violência estatal, a relação capital/trabalho se reproduz de maneira cotidiana, reproduzindo, por sua vez, a exploração e a dominação de classe, o que dá vida a organização comum e significados determinados.

Que o Estado seja burguês ou capitalista implica destacar que sua ação cria e recria as condições para que o capital se reproduza e perpetue a exploração e o domínio das classes e outros agrupamentos. A imagem de classes e dos setores que manipulam o Estado igual a um cozinheiro que maneja uma frigideira, a chamada versão instrumentalista, não deixa de ser uma caricatura. Isso ocorreria se o Estado não expressasse os interesses daqueles que dominam. Essa manipulação é desnecessária porque o Estado capitalista é *relação condensada de dominação e poder político burguês*, e não “coisas” como um “lugar” ou um “centro” de exercício do poder, além disso “sem poder próprio”<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Esta violência, assinala Zizek, já não é atribuível aos indivíduos concretos e as suas “malvadas” intenções, mas é puramente “objetiva”, sistêmica, anônima (ZIZEK, 2009, p. 23).

<sup>12</sup> “o Estado é o lugar de organização estratégica da classe dominante e sua relação com as classes dominadas. É um *lugar* e um *centro* de exercício de poder, mas *que não possui poder próprio*” (POULANTZAS, 1990, p. 169). (O destaque é de Jaime Osorio). Não deixa de surpreender o que é indicado nestas linhas, porque contradizem a proposta do Estado como relação. Aqui Poulantzas termina imprimindo um caráter espacial ao Estado, como “lugar” e “centro”. E fecha a frase com algo mais desconcertante,

Com toda propriedade se deve assinalar o caráter burguês do Estado, tanto nas relações sociais e políticas que o constituem, oferecem as condições para que capitais operem e se reproduzam, se apropriando do trabalho alheio. Ainda que as relações de poder político permitam a burguesia explorar, isso não significa que todo capital (e empresário) sobreviverá sob quaisquer condições. O capitalismo é um sistema de competição entre capitais, e nesse processo muitos podem ser enfraquecidos e até destruídos. Mas, a partir do Estado, com sua estampa de classe, as portas seguirão abertas para que persista a produção e reprodução de capitais sob a base da exploração e dominação.

Porque a exploração capitalista se deve realizar a partir do imaginário de trabalhadores livres, o Estado impede que a violência no trabalho possa ser exercida diretamente pelos membros das classes dominantes, mas por aquele, que monopoliza seu exercício legítimo. Nessas condições a classe burguesa e demais agrupamentos dominantes, como classes, têm garantias de proteção de suas prerrogativas de classe. Isso, como temos indicado, não constitui garantia de que capitais ou empresários não possam ser eliminados na competição. A garantia estatal é para as classes e não para capitais individuais.

Afirmar que no Estado capitalista prevalecem interesses de classe (e de etnias e de gêneros) não implica negar que este pode expressar posições e interesses das outras classes sociais, distintas das dominantes. Mas a discussão relevante nesse sentido refere-se mais a se *o Estado atual pode assumir algum interesse das classes dominadas*. Aqui se sustenta que o Estado burguês/capitalista só pode assumir *alguns interesses das classes dominadas, aqueles que não põem em questão os pilares que fazem viável uma ordem social onde a dominação e a exploração capitalista são possíveis*. Esses eixos se referem ao poder político prevacente no Estado.

---

indicando que o Estado não tem “poder próprio”. Talvez isso lhe sirva de apoio para suas propostas de um Estado “rasgado” e onde as posições das classes dominadas encontrem lugar, temas que discutiremos mais adiante.

A partir do Estado capitalista, e implementadas por seu aparato, são promovidas políticas que se apresentam como favoráveis a todas as classes sociais ou ao conjunto da sociedade, o que alimenta o imaginário de uma entidade acima deles. Promove ou realiza a coleta de lixo, a iluminação e a pavimentação das ruas, estende as redes de distribuição de água potável, de eletricidade, de transporte público e privado, de proteção política. Propicia políticas de saúde e de vacinação para toda a população, estimula a educação, a criação de parques e áreas verdes, e uma gama/uma variedade de outras ações. Não há dúvida que tudo isso propicia melhores condições de vida para o conjunto da população. Entretanto, isso não impede constatar que tais medidas respondem também a necessidades vitais da ordem capitalista imperante, que exige mão de obra com conhecimento e com qualificação mínimos, população saudável para trabalhar, que também não aumente os gastos do Estado com a saúde pública, como internações e tratamentos por falta de vacinas, população assalariada que tenha condições de transferência rápida e massiva de dormitórios para locais de trabalho, etc.

A promoção de políticas e de programas como os acima citados oferecem ao capital e às classes dominantes vantagens que justificam os gastos públicos com eles, uma vez que resolvem novas necessidades. Enfim, do Estado burguês *existe um amplo terreno de ações que podem ter consequências favoráveis para as distintas classes sociais e, em particular, para as classes dominadas*. Mas este terreno tem limites definidos. De nenhuma maneira, enquanto persistam as relações de poder político e dominação imperantes, poderão ser postas em marcha ações que atentem contra as bases da exploração capitalista e da dominação burguesa.

*O Estado burguês, por outro lado, não está ali para medir a temperatura da luta de classes, assumida como um termômetro, mas para incidir de maneira incisiva e frontal nessa luta*. Sua constituição já é expressão de poderes e de capacidades abertamente desiguais que favorecem as classes dominantes. Em outras palavras, *o Estado burguês não é exterior*

*a luta de classe, mas é expressão do triunfo burguês nessa luta. Portanto, “sob o Estado de direito burguês, a classe dominante chama a paz de algo que nada mais é do que a institucionalização de sua violência” (PÉREZ SOTO, 2018, p. 28).*

O exposto nos obriga a reconsiderar reflexões sobre o Estado de maneira parcelada, ou por partes e não como totalidade. Ideias como as de salvar ou de recuperar algumas dimensões ou partes do atual Estado, é assumi-lo como maquinaria, onde suas peças ou algumas delas podem ser empregadas em um novo arranjo estatal.

Um processo relevante na análise do Estado capitalista se refere à particularidade da relação entre a classe dominante por excelência, a burguesia, e o proletariado, classe com vocação e potencial para sucedê-la na direção da vida em comum<sup>13</sup>, e *cujos projetos* nesse sentido *se confrontam de maneira radical com os imperantes*. Essa particularidade revela as condições *que não estão presentes em outros Estados e se refere ao fato de que o Estado burguês/capitalista não está em condições de expressar nem a força nem os projetos de organização da vida em comum das classes dominadas* e, em particular, do proletariado, na medida em que essa classe constitui a negação/superação do projeto de organização burguesa da vida em comum.

Portanto, o *Estado burguês/capitalista só pode acolher e assumir demandas da classe antagônica, o proletariado, desde que mantenha e aprofunde sua condição de classe dominada*. Por exemplo, pautas como: jornadas de trabalho reduzidas, organizar-se em sindicatos, aumentos salariais, instalação de restaurantes nos locais de trabalho, contar com equipes para o trabalho, e muitas outras. Em todas essas reivindicações da classe antagônica não está se discutindo de imediato sua condição de classe dominada; no máximo está estabelecendo condições para a venda de sua força de trabalho, mas não colocar fim a essa venda.

---

<sup>13</sup> Que o proletariado seja apontado não implica ignorar que existem outras classes e setores sociais dominados e explorados na sociedade burguesa. Procura-se apenas destacar que os interesses dessa classe são os únicos antagônicos ao projeto do capital e com as condições para serem implementados.

Está buscando que sua exploração seja menos danosa, mas não colocar fim a exploração.

Partindo desta perspectiva, afirmar que o Estado “*constitui a condensação de uma relação de forças entre as classes*”<sup>14</sup> (POULANTZAS, 1990, p. 296) (destaque de Jaime Osorio) é uma formulação que conduz a equívocos se não se precisa que o Estado burguês condensa uma *relação de forças desequilibrada* e porque não se destaca que *os interesses do proletariado que não podem ser expressos no Estado burguês são mais significativos do que aqueles que aí alcançam espaço, enquanto classe dominada*. Pelas mesmas razões, não deixa de ser errôneo apontar que “Tomar o poder de Estado significa que seja desenvolvida uma luta de massa tal que modifique a relação de forças interna dos aparelhos de Estado que são, em si, o campo estratégico de lutas políticas” (POULANTZAS, 1990, p. 296)<sup>15</sup>. Pelo contrário, *o Estado burguês é expressão do triunfo burguês nos confrontos de classe* e seus aparatos dificilmente poderiam ser assumidos como uma arena de luta política apta para que o proletariado e seus aliados possam desdobrar seus interesses e sua força social.

Não se trata de desvalorizar a luta dos dominados por melhorias, como as lutas mencionadas anteriormente e muitas outras. Só busco discutir a ideia que o Estado capitalista pode expressar e assumir qualquer tipo de interesse das classes dominadas. O que foi apontado não significa ignorar que o capital realiza movimentos que favorecem as condições de luta das classes exploradas, como organizar a produção em torno de contingentes massivos de trabalhadores sob o mesmo teto, o que lhes permite perceber a importância do trabalho como atividade social ou a formação de sindicatos poderosos, ou demandar trabalho com maior escolaridade. Mas, essas referências favoráveis surgem

---

<sup>14</sup> O apontamento anterior oculta que o Estado é uma correlação de forças favorável as classes dominantes, e opta por destacá-lo como termômetro social que nos dirá como se move a força de umas e outras classes sem vantagens prévias para umas e desvantagens para outras.

<sup>15</sup> Em relação ao destacado não aparece uma distinção clara entre Estado e aparato de Estado, o que não é um problema menor, como veremos adiante.

em um contexto que acaba favorecendo o capital, como incrementar a mais-valia, o que o leva a buscar a sustentar a exploração e dominação em novas condições<sup>16</sup>.

De maneira mais estrita, então, o Estado burguês não pode ser considerado um campo de batalhas, e ainda menos de *lutas estratégicas*<sup>17</sup>. O estratégico poderia ser articular o novo poder e com ele um novo Estado, proletário por seu caráter de classe, que expresse uma nova relação de forças na sociedade. Mas, em nenhum caso é possível considerar o atual Estado capitalista como espaço estratégico para o desenvolvimento das lutas populares. Pelas mesmas razões também é equivocado sustentar que o Estado é “dilacerado” pelas lutas populares<sup>18</sup>, a não ser quanto a alcançar interesses *não estratégicos*, como melhores salários, serviços sociais e o direito de votar sejam considerados como tal.

É possível que as lutas por reconhecimento do direito de criar sindicatos, pelo direito a greve, pelo voto e muitas outras, se constituam em prolegômenos de futuras lutas que levem o Estado a se debilitar podendo levar a sua destruição. O que se discute não é essa associação possível, mas simplesmente assumir que a conquista de direitos de sindicalização ou de greve constitui um “esgarçamento” do Estado, pois essas conquistas também podem ser interpretadas como processos que fortalecem o Estado capitalista. Parte substantiva

---

<sup>16</sup> Isso parece coincidir com o apontamento de Poulantzas que indica que: “Todas as disposições tomadas pelo Estado capitalista, *mesmo as impostas pelas massas populares*, são finalmente e a longo prazo inseridas numa estratégia em favor do capital ou compatível com sua reprodução ampliada” (POULANTZAS, 1990, p. 214). (O destaque é de Jaime Osorio). Mas, isso parece se contrapor às outras propostas centrais que o autor desenvolve, como veremos mais adiante.

<sup>17</sup> A partir agora, aponta Poulantzas, “Tomar o poder de Estado significa que seja desenvolvida uma luta de massa tal *que modifique a relação de forças interna dos aparelhos de Estado* que são, em si, *o campo estratégico das lutas políticas*” (POULANTZAS, 1990, p. 296). (O destaque é de Jaime Osorio).

<sup>18</sup> “O Estado, hoje, menos que nunca, não é uma torre de marfim isolada das classes populares. *As lutas atravessam o Estado permanentemente* (...)” (POULANTZAS, 1990, p. 295). (O destaque é de Jaime Osorio).

do êxito das políticas social-democratas europeias, e de terceiras vias, com rentáveis benefícios para as classes dominantes, residiram em oferecer melhores condições de vida e de trabalho dos assalariados, não em encorajar a discussão contra o trabalho assalariado. E não parece que esses Estados tenham sofrido com o suposto “esgarçamento”.

Fora de períodos excepcionais, pré ou revolucionários, onde muito permanece em questão, mas particularmente o poder político, o Estado burguês se apresenta efetivamente contra *as abordagens estratégicas dos dominados* – fim da exploração e da dominação – *como uma relação sem rachaduras, quer dizer, sem fraturas*, como uma relação de domínio substantivo<sup>19</sup>. Outra perspectiva é assumir o Estado burguês como uma entidade factível de ser “penetrada” pelas lutas populares, e que suas fissuras se aprofundam diante de novas lutas que iriam ampliando essas brechas. A partir de tais pressupostos faz sentido apelar à concentração de esforços para aprofundar e alargar as fissuras para que “modifique a relação de forças interna dos aparelhos de Estado” (POULANTZAS, 1990, p. 296). Assim como a contradição capital/trabalho não tem solução no capitalismo, a contradição entre dominantes e dominados encarnada no Estado capitalista, mas como triunfo dos dominantes, também é irresolúvel no capitalismo. Ambas as contradições só alcançam condições de solução justamente quando o trabalho derrota o capital e destrói as relações de poder político e o Estado capitalista.

### *A fluidez das relações de poder político*

Como condensação das relações de poder e de dominação o Estado capitalista apresenta uma enorme fluidez. O poder político pode

---

<sup>19</sup> “(...) as contradições de classe atravessam sempre, de ponta a ponta, o Estado, porque pela sua natureza de Estado de classe, reproduz no seu próprio seio as *contradições de classe*, o que significa claramente que estas *se exprimem sempre* e de forma específica *como contradições internas do Estado, que jamais é, nem pode ser, um bloco monolítico sem fissuras*”. (POULANTZAS, 1976, p. 65). Voltaremos ao tema adiante.

se implementar ou se concentrar no sistema de dominação (Estado mais sociedade civil) e nas instituições do aparato de Estado, segundo as circunstâncias estabelecidas pela luta de classes. Em condições de agudização das lutas das classes dominadas, o poder político pode recuar e se concentrar nas instituições do dito aparato que estejam menos ameaçadas e que contem com condições e atribuições para operar como “corta fogos” ou “apaga fogos” na luta de classes. Em outras palavras, o poder político não se implanta como uma repartição de cotas fixas no aparato de Estado e suas instituições, nem nas demais instâncias da chamada sociedade civil, como igrejas, mídia ou escolas. A força do poder político é móvel, e não se encontra assentada de maneira estável e proporcional nas instituições do aparato de Estado, adequando sua implantação às exigências que reclamam a manutenção do domínio do capital, de acordo com as circunstâncias e condições que a luta de classes apresenta.

Esta fluidez do poder político é mais um motivo para compreender as razões pelas quais acabar com ele exige “rupturas políticas”. Os recuos do poder político que as lutas populares podem propiciar não significam a entrada em um tobogã que conduz ao seu debilitamento e a sua derrota inexorável. O poder político no capitalismo apresenta, pelo contrário, uma *grande capacidade de resiliência*, e os recuos que se podem produzir tendem a ser *parte do processo de reordenamento das forças dominantes para operar*, caso seja necessário, em *outro nível*, onde a exibição de maiores graus de violência tende a estar presente, para restaurar ou para reestruturar as relações de poder na sociedade<sup>20</sup>.

Frente as ofensivas populares, as classes dominantes implementam contraofensivas que têm tomado na América Latina formas

---

<sup>20</sup> É neste contexto que, por exemplo, devem ser avaliadas as massivas e combativas mobilizações populares que regularmente atravessam a sociedade em nossa região. O recuo que podem provocar em setores dominantes e no Estado não pode ser lido a partir da aritmética simples que Poulantzas apresenta, como empoderamento de uns e debilitamento de outros. O mesmo pode ser apontado em relação aos triunfos eleitorais de forças de esquerda ou progressistas na história recente da América Latina.



de agressivas ditaduras militares, golpes “brandos”, “guerras híbridas” e outros, com graus variados de agudização da violência visível. Estas contraofensivas foram desenvolvidas em condições em que o enfraquecimento da força e do poder das classes dominantes era dado como certo, devido à sua retirada e/ou perda de cargos no aparato estatal, como cargos de liderança no poder Executivo e muitos mais no Legislativo, assim como o aumento da força e da coesão dos setores e classes dominadas é dado como certo. Mas, em situações de *agudização dos enfrentamentos de classe a força e o poder das classes assumem novas dimensões*, de modo que *ambos os lados podem contar com maiores recursos*. Dessa forma, podem acontecer recuos das classes dominantes, que constituem passos preliminares necessários para a implantação de uma grande contraofensiva, quando podem reativar – entre outros recursos – as reservas de violência material presente nas instituições do aparato de Estado, mas também outras coisas, como tem acontecido na América Latina nas últimas décadas.

### ***A estratégia dos marechais russos***

A proposta conhecida como “A estratégia dos marechais russos”, formulada pelo ideólogo da Democracia Cristã (DC), Claudio Orrego Vicuña, refere-se a esses processos para orientar o trabalho das forças de oposição contra o governo de Salvador Allende no Chile (AMORÓS, 2020), (MARINI, 1974). Essa estratégia começou a tomar forma com a assinatura do Pacto de Garantias Constitucionais, que alcançou um maior comprometimento do potencial novo governo em respeitar os direitos humanos e as liberdades, requisito exigido pela DC para votar a favor de Allende no Congresso Nacional. Depois disso, nas eleições presidenciais de 1970, nenhum candidato obteve maioria absoluta, de modo que o Congresso tinha o poder de escolher qualquer um dos dois candidatos mais votados, apesar de sua pequena diferença: Salvador Allende, que obteve 36,63% dos votos, e Jorge Alessandri, representante da direita, que angariou 35,29%. O candidato da DC, Radomiro Tomic

só alcançou 28,08% dos votos e estava fora das opções possíveis. Após a votação dos parlamentares, com apoio das forças de esquerda, mais as da DC, Allende obteve 153 votos no Congresso, sendo proclamado vencedor das eleições, enquanto Alessandri alcançou apenas 35.

A proposta de Orrego Vicuña apontava que deveriam seguir a estratégia dos marechais russos, quando ocorreram as invasões à Rússia pelas tropas de Napoleão, no século XIX, e de Hitler, no século XX, quando, dado o poder de fogo e a elevada mística e organização com a qual aqueles exércitos contavam, não deveriam se apresentar a batalha de imediato, mas organizar uma defesa de recuos, até as zonas estratégicas localizadas em Moscou, e ali aguardar a chegada do inverno russo, momento em que as forças invasoras enfraqueceriam, em decorrência dos problemas de transportes de equipamentos e armas para as linhas avançadas, bem como alimentação e atendimento aos feridos, devido aos problemas logísticos gerados pela forte nevasca e baixas temperaturas. Chegado esse momento, era hora de as forças russas saírem e travarem batalhas decisivas para derrotar os invasores, como de fato ocorreu.

Na visão de Orrego Vicuña, a direita e a DC deveriam trabalhar como os marechais russos, frente ao governo de Allende e da Unidade Popular, os que constituíam neste relato as tropas invasoras (como Napoleão e Hitler), incrustadas no aparelho de Estado.

A retirada inicial das forças de oposição ao governo contou com as eleições parlamentares de 1971, quando esperavam alcançar maioria no congresso e a partir disto manietar ou destituir o governo de Allende. Porém, foram as forças de esquerda que triunfaram, o que estava direcionando a retirada da oposição para territórios estratégicos (a Moscou do relato), e rumo a soluções que combinaram mobilizações (como a das transportadoras), desordem e mal estar social (escassez de alimentos e grandes filas e horas para acessar produtos básicos), e abordagens e pressões sobre as Forças Armadas e Carabineiros, com

anteriores golpes militares fracassados<sup>21</sup>, para culminar no violento golpe militar de setembro de 1973, e nos posteriores anos de perseguição, assassinato e detenções de milhares de dirigentes e militantes de forças opositoras a ditadura por parte dos aparatos repressivos e de inteligência.

Se isso aconteceu em um contexto de violência extrema, as representações políticas e civis das classes dominantes também incentivaram o lançamento de operações menos agressivas, mas também efetivas, como as maiorias parlamentares e a ofensiva midiática que lograram destituir Dilma Rousseff em 2016 no Brasil, através do Congresso, ou de pressões militares que lograram a renúncia de Evo Morales em 2019 na Bolívia. Sob mecanismos descritos como golpes brandos, também foram alcançadas a demissões de Manuel Zelaya em 2009 em Honduras, e de Fernando Lugo no Paraguai, ou a acusação contra Lula da Silva, o que impediu sua participação nas eleições presidenciais de 2018, que favoreceram a vitória de Jair Bolsonaro, recorrendo a enquadramentos entre juízes, forças partidárias e uma grande ofensiva midiática.

A história política da América Latina nas últimas décadas – com governos populares e progressistas e grandes mobilizações populares e de esquerda (o “esgarçamento” do Estado apontado por Poulantzas) e de derrotas das forças burguesas e de direita, interpretadas como profundas desarticulações de poder e dominação – parece indicar que até agora os resultados estão longe dessas formulações triunfalistas. Isso vai além do julgamento sobre a boa ou má gestão dos governos. Há determinações que estabelecem limites à atuação de representantes e de forças políticas populares, atuando como enclaves dentro do aparelho de Estado burguês.

Diante das ofensivas populares consubstanciadas em grandes mobilizações e vitórias eleitorais tivemos na América Latina uma rápida rearticulação das forças das classes dominantes, o que faz com

---

<sup>21</sup> Ver no final deste artigo as referências ao “tanquetazo”, de julho de 1973.

que os conflitos da luta de classes se desenvolvam em níveis de maior polarização, mas onde estes conseguiram chegar a posições que lhes permitem não só enfrentar esses ataques populares, mas até retomar a iniciativa. Parece necessário abandonar a lógica de soma zero em matéria de poder político, de que aquilo que uma classe perde é ganha pela outra, que tem prevalecido nas análises triunfalistas.

Da mesma forma, as formulações que destacam que o que acontece é apenas uma questão de tempo, já que os setores dominantes têm perdido a capacidade de conquistar a população ou de enfrentar novas situações diante das poderosas mobilizações populares e derrotas eleitorais, ignoram que o capital na América Latina, em pouco mais de duas décadas, tem mostrado uma enorme capacidade de recuperação e de versatilidade para enfrentar a situação.

Por enquanto, não está claro que, operando a partir do Estado ou do aparelho estatal, o poder político dominante possa ser fraturado. Tudo parece indicar que a implantação de força social “organizada” e com perspectiva de ruptura, exterior ao Estado, seja inevitável. Um sério dilema estratégico é como viabilizar essa organização e articular a tarefa do aparelho de Estado com a força gerada de fora do Estado.

### **3. Sobre o poder político**

*As relações de poder político e de dominação se referem a capacidade das classes sociais para organizar a vida em comum.* Estas relações se centralizam em forma superior no Estado capitalista. Das classes presentes no capitalismo nem todas contam com o potencial de conformar projetos de organização da vida em comum que se sustentam em tendências presentes nessa ordem social. Só a burguesia e o proletariado contam com essa condição. Os proprietários de terra, o campesinato, a pequena burguesia, em qualquer de suas frações, proprietárias ou não dos meios de produção, não a possuem. A burguesia demonstra essa capacidade no progresso da ordem social

existente. Face à crescente monopolização da posse dos meios de produção e à destituição desses meios para o grosso da população, o proletariado, em sua privação absoluta, está em condições de levantar um projeto de sociedade onde a propriedade desses meios se torna social, base para buscar pôr fim à exploração, o que exigiria a expropriação de uma ínfima porcentagem da população<sup>22</sup>.

Em relação aos interesses das classes sociais, é necessário distinguir ao menos duas modalidades: os primeiros são *os interesses estratégicos*, que se referem aos objetivos relacionados com a organização da vida comunitária. Os segundos interesses, que denominamos *táticos*, permitem às classes alcançar melhores condições de medir forças dentro da condição de dominantes ou dominadas. O fato de uma determinada classe social alcance organizar a vida em comum implica a capacidade de realizar os seus interesses estratégicos, limitando ou negando os interesses essenciais de outras classes sociais. No nosso tempo, esta capacidade se expressa no fato de a vida em comum se desenrolar sob os desígnios do capital, ou seja, a partir dos interesses estratégicos ou essenciais da burguesia.

Para as classes sociais, alcançar o poder político não implica a captura de algo, mas dispor de força social necessária em torno de projetos que os permitam liderar e dirigir a organização da vida em comum. O poder político é, portanto, relação de força social, de projetos, de capacidade de comando e direção da vida em comum.

Falamos de *poder político*, e não apenas de poder para nos referirmos às *relações de poder entre classes sociais*, o que nos permite diferenciá-lo de outras formas de poder que operam na vida em sociedade, como as relações professor/aluno, homem/mulher, médico/paciente, pais/filho, confessor/penitente, entre as mais relevantes, aquelas que são coloridas pela luz das relações de poder-político prevaletentes.

---

<sup>22</sup> As considerações dos tropeços das experiências que têm buscado caminhar em tal direção vão muito além do que é possível desenvolver aqui.

As relações de poder político são implantadas e funcionam em toda a sociedade e marcam o resto das relações. No entanto, são condensadas e centralizadas no Estado. Esta centralização é particularmente relevante no Estado capitalista ou burguês, à medida que o capitalismo emerge e se sustenta com base nos poderes sobre territórios delimitados como um Estado-nação<sup>23</sup>.

Tal centralização é relativizada quando se assume que instituições como a família, a escola, as igrejas e os meios de comunicação conformam aparatos ideológicos *de Estado*, numa proposta que confunde o Estado e o sistema de dominação. *O alargamento das relações estatais não torna o Estado mais poderoso ou, pelo contrário, o torna mais vulnerável.* No primeiro caso, como na formulação de Michel Foucault, onde tudo é poder, perdem-se as coordenadas e as hierarquias necessárias para definir uma estratégia para o enfrentar. No segundo caso, porque nos permite assumir que qualquer modificação nas extensões e relações indicadas afeta o próprio poder político. Mas, nem a sala de aula, nem o confessionário, nem a família, nem o consultório são espaços inerentes às relações de poder político, tal como as definimos. Precisamente por não serem espaços específicos de poder político, as lutas das classes dominadas têm melhores condições para influenciar e deixar sua marca nelas<sup>24</sup>.

Há mais ruptura que continuidade entre os modos e as formas de poder entre a chamada sociedade civil e o Estado. Não são degraus de uma mesma escada. Poulantzas parece entendê-lo de forma diferente quando assinala que

(...) no aparato repressivo de Estado, que constitui o núcleo central do Estado, (é) a classe ou fração hegemônica (a que) detém em geral o poder desse aparato (...). O caso é diferente

---

<sup>23</sup> Tendência que não desaparece nem se debilita com a conformação de um sistema mundial capitalista. Para a relação entre ambos espaços, ver (OSORIO, 2017).

<sup>24</sup> Tratei de forma mais ampla da relação entre Estado e sociedade civil e suas consequências políticas em (OSORIO, 2004).

no que diz respeito aos *aparatos ideológicos do Estado*, que *constituem*, de fato, os *aparelhos mais propensos a concentrar efetivamente o poder de classes e frações não hegemônicas*. (...) *Poder de outras classes e frações que, no caso desses aparelhos, podem até não ser aliados da classe hegemônica, mas em luta radical contra ela*. (POULANTZAS, 1971, p. 364) (destaques de Jaime Osorio).

É factível que parte substantiva das aproximações de Poulantzas sobre o Estado como “campo estratégico de luta”, ou dos “esgarçamentos do Estado” pela luta das classes dominadas<sup>25</sup> sejam expressões que se referem à impressão das classes e setores populares no aparelho ideológico do Estado, quer dizer, – seguindo a distinção aqui assumida –, na sociedade civil e não estritamente falando no Estado.

A centralização do poder político no Estado capitalista outorga ao poder da burguesia um selo único. Muita força social pode ser produzida por parte das classes e setores dominados em momentos específicos, o que permitirá ao Estado burguês e suas relações condensadas de poder e dominação entrar em crise. Mas, para que isso aconteça, é necessário que a força social gerada conte com direção e se projete de forma significativa. Se essa força se desviar e/ou dispersar por falta de direção, por mais ampla que seja, só conseguirá estremecer, mas não desatar os nós da dominação, de modo a que os problemas de direção e de significado das lutas sociais não sejam questões menores na tarefa de colocar fim ao poder político dominante<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> É a essas classes, ao que parece, que Poulantzas se refere quando assinala que os aparelhos ideológicos do Estado podem mesmo funcionar como “refúgio” privilegiado para classes “em luta radical” contra a classe hegemônica.

<sup>26</sup> Nesse sentido, Stathis Kouvelakis apontou em relação às grandes mobilizações de 2011 na Grécia e à crise de dominação que se gerou que elas “não tiveram sucesso (...) (em) sintetizar (suas) ideias a partir de um projeto alternativo.” E acrescentou: “o problema decisivo era que não tinha uma estrutura organizacional (...) capaz de elevar a luta popular a outro nível”. (KOUVELAKIS, 2021).

## *A singularidade da relação de poder político no capitalismo*

O proletariado é a primeira classe antagônica na história humana que dispõem de condições para conformar um projeto de organização da vida em comum, que tem condições para substituir o projeto dominante. O projeto do proletariado é a negação do que está em vigor atualmente e sua potencialidade provém da própria dinâmica da organização da vida em sociedade estabelecida pelo capital<sup>27</sup>. Nem escravos nem servos, classes antagônicas dos escravagistas e senhores feudais, por exemplo, contaram com essa possibilidade.

Esta é uma razão que permite entender a impossibilidade de que no Estado burguês *convivam projetos antagônicos, ou que o poder político de burgueses e proletários possam compartilhar uma mesma unidade estatal, mesmo que temporariamente*<sup>28</sup>. Entre os projetos da burguesia e do proletariado não há possibilidade de compatibilizar a organização da vida em comum porque cada um constitui *a negação do outro*. Uma e outra classe afirmam dirigir e comandar as relações sociais que lhes dão a capacidade de organizar a vida em comum. A partir desta perspectiva, o Estado burguês só pode assumir demandas secundárias ou táticas dos dominados e assim alcançar novas reajustamentos. *Só nestes limites o Estado burguês ou capitalista pode expressar interesses e objetivos das classes dominadas.*

---

<sup>27</sup> Por exemplo, no capitalismo se acentua a concentração dos meios de produção e sua expropriação para a maioria da população. Isso torna possível a criação de uma nova ordem social baseado na propriedade social, uma vez que é apenas uma pequena porcentagem da população que terá de ser expropriada.

<sup>28</sup> Isto vai em direção contrária as formulações que apontam para isso: “Esse longo processo de tomada do poder numa via democrática para o socialismo constitui-se no essencial, em desenvolver, fortalecer, coordenar e dirigir os centros de resistência difusos de que as massas sempre dispõem no seio das redes estatais, nelas criando e desenvolvendo outras, de tal maneira que esses centros tornem-se, no campo estratégico que é o Estado, os efetivos centros de poder real” (POULANTZAS, 1990, p. 296). (O destaque é de Jaime Osorio).



O Estado capitalista expressa a vitória da burguesia na luta de classes, faz parte de um dos polos da contradição entre burgueses e proletários. O Estado capitalista não é, portanto, uma contradição aberta, muito menos qualquer solução a ela. É um erro concebê-lo como um campo privilegiado das contradições da luta de classes<sup>29</sup>. O Estado burguês não tem condições – nem é o melhor espaço – para expressar a força dos dominados. A condensação de relações de poder e dominação que formam o Estado não constituem uma folha em branco onde classes dominantes e classes dominadas podem escrever simultaneamente “seus” interesses.

O Estado burguês pode assumir interesses de classes dominadas não antagônicas. Estes incluem frações da pequena burguesia e da pequena burguesia rural, bem como da camponesa. Permitir a ascensão econômica de profissionais ou de pequenos proprietários não altera o fundamental da ordem capitalista. Tampouco se os camponeses receberem apoios em para obtenção de sementes ou canalização de água para suas terras.

### *O socialismo é posterior à revolução política*

Para além da não consideração da particular condição antagônica que caracteriza as revoluções contra o capital, se soma a extrapolação de experiências de transição do feudalismo para o capitalismo a fim refletir sobre a transição do capitalismo para o socialismo.

Na sociedade feudal foi possível que as relações sociais capitalistas surgissem e se espalhassem. A reprodução das relações sociais feudais repousava em fatores ideológicos e não econômicos/políticos como no capitalismo. Tais relações podem, assim, enfraquecer e se romper, por exemplo, devido à exigência de maiores excedentes, o

---

<sup>29</sup> “A via democrática ‘para o socialismo, é um longo processo, no qual a luta das massas populares não visa a criação de um duplo poder efetivo, paralelo e exterior ao Estado, mas aplica-se às contradições internas do Estado” (POULANTZAS, 1990, p. 295).

que faz possível que em seu seio surjam relações sociais de produção distintas. Os servos, acossados pelas demandas de maiores tributos por parte dos senhores feudais, fugiram dos *burgos e se proletarizaram*, ao procurar sobreviver em troca de um salário. Isto não acontece sob o capitalismo, onde, por mais que se aperfeiçoem as relações de exploração, nunca darão lugar à emergência de diferentes relações sociais de produção, e muito menos de relações sociais socialistas. Só o capital/trabalho sairá dessa agudização.

Por sua vez, a burguesia é uma classe que começa a gestar-se no seio da sociedade feudal, com o incremento do capitalismo mercantil e a emergência de uma fração ligada à produção agrária. Dado certo desenvolvimento social e econômico da burguesia, – e das relações capitalistas e de poder político – é que esta classe se colocou na disputa pelo poder político, dando lugar a várias formas de revoluções burguesas, nomeadamente as revoluções inglesa, francesa e alemã (MARINI, 1981; MARINI, 1993).

O proletariado deve enfrentar as tarefas da revolução sem contar com um desenvolvimento prévio das relações socialistas, e sendo a classe explorada e dominada por excelência na ordem capitalista. *O socialismo, portanto, não precede às revoluções proletárias*. Os apelos à construção do socialismo sem ter resolvido a questão do poder político não passam de distrações e ilusões que dispersam as forças e só levam à frustração dos setores populares.

### ***Novos obstáculos para uma via democrática ao socialismo***

Outra extrapolação subjacente às propostas do caminho democrático para o socialismo que resulta das revoluções burguesas refere-se ao fato de que a dominação dos senhores feudais e nobres no feudalismo será substituída no capitalismo pela dominação da burguesia, ou seja, de outra classe que domina e explora. Assim, *entre a antiga classe dominante e a nova, há muito espaço para acordos políticos e econômicos*. Isso é o que faz possível que as *revoluções burguesas pudessem ocorrer*,

primeiro, *quando já a burguesia detém um poder econômico e político substantivo* e, segundo, que tal processo pode ser pacífico.

Até o surgimento do capitalismo, as antigas classes dominantes podiam estabelecer negociações com as novas classes que passariam a deter o poder político, *desde que não fossem classes antagônicas*. Simplesmente estender essa situação de possível convivência entre projetos à situação de ruptura do capitalismo, onde prevalece agora o antagonismo e a negociação entre classes sociais que se confrontam, conduz a equívocos muito sérios sobre o Estado e ao poder político e, portanto, as particularidades das revoluções contra o capital. Aqui a tendência é que os confrontos que visam romper com o capitalismo libertem a violência das classes que detêm o poder, com a violência legítima do Estado e seu aparato se tornando imediatamente viáveis. Portanto, apenas em condições excepcionais, tais como um avanço substancial da revolução e do socialismo no sistema mundial, e o refluxo burguês, estas revoluções tenderiam a ser menos violentas e mesmo pacíficas.

### *A formação de um duplo poder*

O fato de que as demandas de classe que se orientam a pôr fim às relações sociais que tornam possível a exploração do capital e o seu domínio não poderem se expressar no Estado burguês, pelos argumentos expressos anteriormente, é um motivo fundamental para compreender por que razão – em momentos de agudização da luta de classes – a maturação das *demandas estratégicas* propiciam o surgimento de *formas de protoestado*, portanto, *embriões de um poder político distinto, por fora do Estado burguês* ou capitalista. O fato de isto acontecer, não decorre de uma vontade que busca impor um modelo à realidade social, como sustenta Poulantzas. É a própria dinâmica dos confrontos que conduz à formação de um duplo poder, dada a impossibilidade do proletário e demais classes exploradas e dominadas expressarem e acumularem forças estratégicas dentro do atual Estado burguês,

ou seja, com vontade de assumir e imprimir uma nova direção à vida comum.

Na proposta de Poulantzas isso é apresentado como desnecessário, evitável e impossível. Nesse sentido assinala:

penso que, atualmente, não se pode repetir a Revolução de Outubro sob uma forma ou outra. (...), me parece difícil que uma *situação clássica de duplo poder* se apresente na Europa, devido precisamente ao desenvolvimento do Estado, de seu poder, de sua integração à vida social, em todos os campos, etc. Desenvolvimento e poder que ao mesmo tempo o tornam muito forte diante de uma situação de duplo poder e muito débil também, pois *o segundo poder (...), agora também pode aparecer no interior do Estado* de alguma forma; as rupturas também podem ocorrer no interior do Estado, e esta é sua fraqueza (POULANTZAS, 1977, p. 7) (destaque de Jaime Osorio).

É importante destacar que a rejeição à ideia de um gérmen de poder político exterior ao Estado burguês não é impedimento para que Poulantzas assuma a ideia de um *duplo poder*, mas agora *no interior do próprio Estado*<sup>30</sup>. Sua formulação de Estado “atravesado de contradições”, constitui uma espécie de “segundo poder”, presente agora “no interior do Estado” (POULANTZAS, 1977, p. 7). As posições opostas disputam tanto a partir de fora quanto a partir do interior do Estado burguês, e este – à medida que os confrontos se agudizam – se fratura, inclusive os aparatos armados. “– É assim como ocorreu em Portugal” na primeira metade dos anos setenta, pontuou em 1977, como exemplo histórico dessas fraturas, que abririam as portas à via democrática ao socialismo, com um papel significativo das classes populares na concretização dessas fraturas (POULANTZAS, 1977, p. 6).

---

<sup>30</sup> Já criticamos a ideia de que os projetos de classe do proletariado podem estar presentes no interior do Estado burguês.

Contudo, um ano antes, deixou claro que se refere a *fraturas na transição de uma ditadura militar para uma forma democrática de Estado*<sup>31</sup>. Isso é o que é geralmente salientado na sua análise da crise das ditaduras na Grécia, Portugal e Espanha. É a isso que Poulantzas se refere quanto à fratura do Estado por uma via distinta a do duplo poder, mas se referindo à transição das ditaduras militares para uma forma democrática de Estado. Assim, pontua que “(...) o que a experiência provou ou está provando é que a *derrubada* destes regimes (ditaduras militantes – comentário de Jaime Osorio), isto é, a verdadeira ‘ruptura’ democrática e sua substituição por regimes burgueses (...) é possível também por outras vias que não a do *levante insurrecional maciço, geral e frontal das classes populares*” (POULANTZAS, 1976, p. 69) (segundo destaque de Jaime Osorio).

O que aparece como uma rota de *ruptura entre formas de Estado capitalista* (de ditadura militar para democracia parlamentarista), *Poulantzas converte, em seu último livro* (1990), *na via possível da transição do Estado burguês para socialismo*. Nesta aposta teórica e política repousam pilares fundamentais da nova estratégia poulantziana que dariam visibilidade à via democrática ao socialismo. A partir desta lógica sustenta que a “modificação da relação de forças no seio do Estado diz respeito ao conjunto de seus aparelhos e seus dispositivos (...) não apenas ao parlamento ou, (...) aos aparelhos ideológicos do Estado, considerados detentores, doravante do papel determinante no Estado “atual””. E prossegue: Mas, nos informa que “o caso de Portugal demonstrou-o perfeitamente, esses aparelhos são atravessados pelas lutas das massas populares” (POULANTZAS, 1990, p. 297-298).

Insistimos, a sua base histórica é o caso de Portugal, que se refere a uma transição de uma ditadura militar para um regime democrático. Não há mediações teóricas ou históricas para fundamentar a ideia de

---

<sup>31</sup> Assim, assinala que a derrubada da ditadura militar em Portugal “(...) também (...) não houve nenhuma *articulação do processo de democratização e de transição para o socialismo* nem de libertação nacional” (POULANTZAS, 1976, p. 53). (destaque de Jaime Osorio).

que tais fraturas ocorrerão também na transição do Estado capitalista para o socialismo, onde os antagonismos centrais são da responsabilidade de outras classes e com contradições e dimensões de outra natureza. Com base nessas considerações, já apontamos as limitações enfrentadas pela ideia de disputas estratégicas *no interior do Estado*, o que inclui as fraturas estratégicas dos aparatos armados<sup>32</sup>.

A emergência de outro poder político e o germe de outro Estado nas experiências revolucionárias que se propuseram romper com as relações capitalistas não tem sido mera contingências ou imitação. Na revolução russa esse germe de outro poder tomou a forma de soviets, de conselhos de trabalhadores, camponeses e soldados. Na revolução chinesa se expressou no Exército de Libertação Popular (ELP), que foi subtraindo territórios, força e consentimento do regime de Chiang Kai-shek, começando no norte da China, para chegar ao sul do país em uma Grande Marcha, onde distribuiu terras, cancelou dívidas e reduziu alugueis pelo caminho, o que aumentou as suas forças junto a resistência à invasão japonesa (ANDERSON, 2010), (MARINI, 1974, p. 90-91). Em Cuba este poder paralelo tomou a forma de guerrilhas urbanas e do Exército Rebelde, que de maneira rápida golpearam e derrotaram as forças militares do Estado cubano num assédio crescente (BAMBIRRA, 1974)<sup>33</sup>.

Na luta de classes, como em qualquer dimensão da vida em sociedade, operam determinações históricas, temporais, mas ao fim

---

<sup>32</sup> Aqui não se discute a ideia de que seja possível que membros das Forças Armadas ou policial, passem para o lado popular. Mas, parece uma aposta muito cara dar por certo que esquadrões, regimentos e outros corpos armados passem por completo ao campo popular em tempos de agudização dos confrontos.

<sup>33</sup> Sob essa *nova relação de forças em Cuba* seguiu um período em que “o aparato de Estado foi disputado palmo a palmo e conquistado através de medidas tais como a criação dos tribunais militares e a substituição de Miró Cardona por Fidel Castro à frente do governo.”; também “através das milícias camponesas e operárias armadas (...), a incorporação e organização de massas cada vez mais amplas de trabalhadores e camponeses continuou no eixo do poder revolucionário”, que permite que “o governo apoiado nas massas organizadas e armadas desloca progressivamente a presença burguesa e imperialista do aparato de Estado.” (MARINI, 1974, p. 12).

e ao cabo determinações que definem os espaços de ação dos sujeitos sociais<sup>34</sup>. Algumas determinações, como as apontadas, requerem maior fundamentação teórica e histórica que a oferecida por Poulantzas (1990), para compreender a viabilidade de uma via democrática ao socialismo.

#### 4. O aparato de Estado

O Estado capitalista deve se vestir com roupas que dificultem a percepção do caráter de classe do poder político que lhe dá sentido, ao mesmo tempo em que permite que ele se apresente como instância acima das disputas de classe. O aparato estatal capitalista é a principal forma de atingir tais objetivos.

Diante da relevância dessas particularidades do aparato de Estado, chama a atenção a confusão com que se supõe, assimilando-a em alguns casos sem mais delongas com o Estado, ou fazendo pequenas referências e sem abordá-la teoricamente, quando não é diretamente esquecida.

O aparato de Estado é a reificação das relações de poder e de dominação que se apresenta como um conjunto de “coisas”, hierarquizadas e articuladas, onde encontram as instituições<sup>35</sup> dos diferentes poderes do Estado: Executivo, Legislativo e Judiciário, e outros como o Banco Central; o pessoal que trabalha nestas instituições e o corpo de leis e normas que estabelecem o permitido e o não permitido, o legal do ilegal na ordem social vigente.

Coisificar as relações sociais de poder e de dominação favorece ocultar essas relações. As relações sociais do Estado se operacionali-

---

<sup>34</sup> Em geral, “determinação” é assumida como “determinismo”. Determinar é fixar os limites do que é possível, onde *podem suceder muitas coisas, mas não qualquer coisa*. Enquanto no determinismo *há apenas uma e nada além de uma possibilidade*. Ver (PÉREZ SOTO, 2008, p. 126).

<sup>35</sup> “As instituições são sempre relações sociais reificadas”, e a reificação é “a coisificação de uma relação social”. (PÉREZ SOTO, 2008, p. 83-84).

zam através do aparato de Estado. Mas, não é no aparato, mas no Estado onde repousa o poder político. No entanto, esse quadro institucional e legal constitui o aparelho de um Estado, o capitalista, por isso *não é politicamente neutro*. O aparelho estatal constitui uma instância político-administrativa.

O hiato entre Estado e aparelho, no capitalismo, é o que torna possível que o alto pessoal que ascende às cúspides do último – a fração reinante – possam vir de outras classes sociais que não as classes e frações dominantes. Há uma tendência que isto ocorra no aparato de Estado capitalista, sendo bastante excepcionais os casos em que representantes das classes dominantes ocupem posições como fração reinante nessas cúspides, como aconteceu com Donald Trump nos Estados Unidos, Sebastián Piñera no Chile ou Mauricio Macri na Argentina, todos com o cargo de presidentes. Isso favorece o fetichismo do Estado, ajudando a mascarar seu caráter de classe, o que outorga, por sua vez, ao aparato estatal uma imagem de neutralidade que favorece seu papel de fazer frente as vicissitudes da luta de classes.

Dada as limitações que o Estado burguês apresenta para expressar posições das classes dominadas, e em particular do proletariado, o conceito de aparato de Estado abre espaço teórico para compreender a possibilidade da presença no referido aparato de classes sociais e setores distintos as classes dominantes e, a partir daí, ter uma base teórica para explicar a chegada dos chamados governos populares na região.

Os representantes e as forças políticas que se constituem em frações reinantes não podem conformar relações de poder e de dominação confrontados com as que o Estado expressa. Aqui estão alguns dos dilemas que se enfrentam as organizações políticas e os representantes de setores populares que têm ganhado eleições e alcançado altos cargos no aparato de Estado no século XXI na América Latina. Estrictamente falando, essa situação teve sua primeira grande experiência com a vitória de Salvador Allende para a presidência do Chile em 1970.



O anterior não nega que os ditos governos possam fazer muitas coisas (mas não qualquer coisa), a partir da administração e da gestão do aparato de Estado, algumas muito relevantes, mas nada que atente contra os interesses estratégicos das classes que dominam. As frações reinantes eleitas entram em um espaço político cercadas por limites precisos de ação. Algo que não se pode fazer é sair dos limites estabelecidos pelo Estado de direito, o que será severamente penalizado. É possível estatizar empresas, mas não decretar a estatização de todas as grandes empresas, bancos e comércios. É possível afetar as normas sobre propriedades, mas não decretar o fim da propriedade privada sobre os meios de produção; será possível aumentar os salários, mas não acabar com o trabalho assalariado. Todos os poderes do Estado e do próprio aparelho estão articulados para atuar prontamente diante de potenciais situações que ultrapassam os limites nesse sentido.

O fato de forças e/ou personagens que não provêm das classes dominantes poderem acessar o aparelho de Estado não significa que para este seja irrelevante que personalidades de esquerda e pessoas das forças populares ocupem cargos fundamentais no Poder Executivo e muitos outros no Poder Legislativo. Uma situação dessa natureza é uma ameaça menor ou maior, principalmente quando as mudanças na cúpula do aparato de Estado ocorrem em um contexto de mobilizações massivas e protestos populares. Nessas condições, as classes dominantes farão todo o possível para impedir a ascensão e, se isso não for possível, tentar amarrar esses governos e, se necessário, removê-los também sob fórmulas de golpes ocultos, como a própria ameaça das forças armadas, ou pela ação de representantes do Poder Judiciário, incentivados e protegidos por grande alarido na imprensa, televisão e redes.

Nesse sentido, a América Latina é uma região onde as experiências de golpes e motins se multiplicaram<sup>36</sup>. Mas não tem

---

<sup>36</sup> Ao menos desde Jacobo Arbenz na Guatemala, em 1954, passando por Haya de la Torre no Perú, em 1962, em 1963, Julia Arosemena no Equador, João Goulart no Brasil em 1964, Juan José Torres em 1971 na Bolívia. No Chile, Salvador Allende em 1973,

conseguido deter as vitórias eleitorais e o ascenso de novos governos progressistas, como o de Gabriel Boric no Chile. Dessa forma, particularidades se manifestam na reprodução do capital e da luta de classes em nossa região. A forma dependente do capitalismo latino-americano mantém processos de troca desigual com o capitalismo avançado, que reproduzem o subdesenvolvimento e alimentam formas de superexploração que ameaçam as condições de vida do grosso da população dominada.

Essa dupla situação está no centro dos protestos massivos de setores sociais muito diversos, e a persistência de instabilidades sociais e políticas. Elas favorecem que forças populares e progressistas alcancem, principalmente no século XXI, as cúpulas dos aparatos estatais, uma vez que os processos eleitorais se tornaram instrumentos de legitimidade do comando político.

Estes ascensos de forças populares às cúpulas do aparato de Estado propiciam o recuo das classes dominantes, nunca a perda do poder político, já que este não reside no aparato de Estado. Temos apontado que, em condições de ascenso dos confrontos de classe, a força dos principais grupos em disputa pode se incrementar. Portanto, os termos de “derrota” para descrever a perda de eleições das forças que representam as posições dominantes, e de “vitória” das forças populares ou de esquerda só se justifica por se referir a ela e limitá-la à disputa que ocorreu, nunca, como costuma ocorrer, em referências a questões de poder político. Assim, é comum que, ao vencer uma eleição presidencial, os porta-vozes e a mídia caracterizem a vitória como “ganhar” ou alcançar o “poder”.

O caráter do recuo das classes dominantes, maior ou menor, será marcado pela magnitude das ofensivas populares. Mas, as contraofensivas dos dominantes tendem a revelar a força que eles

---

Maria Estela de Perón em 1976 na Argentina, Manuel Zelaya em Honduras em 2009, Fernando Lugo no Paraguai em 2012, Dilma Rousseff no Brasil em 2016 e Evo Morales na Bolívia em 2019, entre outros casos.

exercem, abrindo e empregando uma gama de recursos próprios para situações excepcionais.

### **A título de encerramento. Uma conjuntura particular na “via chilena ao socialismo”**

Os principais teóricos e políticos que deram vida à “via chilena ao socialismo” – e que atingiu sua maior conquista na vitória e ascensão ao governo de Salvador Allende (1970-1973) –, defendiam a ideia de que era possível modificar o aparelho do Estado e o Estado por um caminho que respeitasse o quadro institucional existente, realizando mudanças estruturais e apoiados na força de um povo mobilizado. Não se pode dizer que não se avançou e muito em organização, distribuição de terras, intervenções nas empresas, expropriação ao capital estrangeiro das minas de cobre, etc. Mas o golpe militar de 1973 deixou claro que se as forças populares quisessem avançar para um novo tipo de poder por caminhos institucionais, as classes dominantes e as Forças Armadas estavam dispostas a “sacrificar” o respeito às normas institucionais para impedir esse avanço e continuar a deter o poder.

A partir desta perspectiva a proposta de uma via democrática ao socialismo postulado por Poulantzas após o golpe no Chile é posta em questão, uma vez que tem como suportes históricos sociedades da Europa Ocidental, como França e Itália, que viveram profundas experiências de democracia. Na literatura dominante, até antes dos anos 1970, o Chile, com Uruguai e Costa Rica, aparecia como modelo de sociedade democrática na América Latina. Era, portanto, um dos Estados onde essa proposta era mais viável. Por isso chama a atenção o silêncio Poulantzas sobre essa experiência.

O presidente Salvador Allende não deixou de ter razão quando, em suas últimas mensagens por rádio, já com o destacamento militar avançado e pouco antes de sua morte, apelou aos trabalhadores, camponeses, aldeões e estudantes, desorganizados face ao golpe militar e

desarmados, para não se deixarem massacrar por milhares de homens fardados posicionados nas ruas e locais de trabalho.

Mas, houve conjunturas no processo chileno, onde o avanço implicou contar com um governo popular e que estabeleceu como meta que o socialismo alcançasse pontos culminantes em termos de *força social disponível*, de *desorganização* dos setores dominantes e de confusão no seio das Forças Armadas e carabineiros, o que *abriria espaço para quebras institucionais* não só necessárias, mas possíveis, um dilema enfrentado em qualquer processo de transformação com perspectivas socialistas.

Um desses momentos – quiçá o mais relevante – ocorreu em julho de 1973, quando no dia 29 daquele mês um setor militar de um regimento blindado tentou dar um golpe, com tanques nas ruas, chegando até a casa do governo, La Moneda, com o objetivo de incentivar um golpe militar, denominado “tanquetazo”. A ação não atraiu maiores forças militares ou civis, nem o apoio do alto-comando dos três ramos das Forças Armadas, sendo os golpistas subjugados por outros setores e órgãos militares.

Em resposta a esta insurreição, o governo, as centrais sindicais e os partidos políticos que integravam a Unidade Popular convocaram uma grande concentração no centro de Santiago para expressar sua rejeição à ação golpista. Grandes marchas de trabalhadores, empregados públicos e do setor privado, camponeses, estudantes, trabalhadores da limpeza com seus caminhões, donas de casa e colonos encheram as ruas de Santiago e do resto das principais cidades do país.

Tendo em vista a enorme força social disponível, era o momento de revelar a cumplicidade dos partidos de direita chilenos e dos democratas-cristãos no fracassado golpe militar e pedir a retirada da imunidade e a demissão de seus parlamentares. Era também o momento de denunciar as organizações empresariais coniventes ou solidárias com a ação militar e de decretar a transferência de suas empresas e bancos para o setor social da economia; também questionar os comandantes militares diretos dos golpistas, por sua incapacida-

de de manter o respeito institucional de suas tropas, demitindo-os; apelar à população para que ocupe as ruas locais de trabalho até que as instituições sejam expurgadas de potenciais golpistas, ou então decretem o seu encerramento; convocar a população para a formação da Assembleia Popular proposta desde julho de 1972 pelo Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), uma Assembleia Constituinte para definir a reorganização da vida em comum em novas bases.

Essa foi uma conjuntura particular porque as Forças Armadas se encontravam questionadas e, ademais, desorganizadas, por uma operação que tomou forma a partir de seu interior e que surpreendeu aos altos comandos. O general Carlos Prats, um militar institucional e leal ao governo de Allende, ainda não havia renunciado ao cargo de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, o que faria em agosto daquele ano possibilitando que o general Augusto Pinochet, se tornasse um dos líderes do golpe de setembro, embora não tivesse ainda a força e a coordenação do setor militar golpista. Esse era um momento de grandes decisões porque os setores populares foram abalados pela tentativa de golpe e manifestaram sua disposição de realizar convocações que lhes dessem maiores responsabilidades na marcha e na defesa do processo.

Para além disso, nas eleições legislativas de março de 1973, três meses antes da tentativa de golpe, as organizações políticas que deram vida à Unidade Popular haviam obtido/alcançado 43% dos votos nacionais, o que denotava um alto apoio para com o governo, e que pôs fim às tentativas e um “golpe institucional”, que seria apoiada pelo Congresso com uma maioria de parlamentares, que perderam nas eleições, e pela ação do Poder Judiciário e de contingentes civis filofascistas que já operavam como forças paramilitares.

Nada do que foi programado pôde ser colocado em prática. Ao contrário, após o “tanquetazo”, iniciou-se a implementação da Lei de Controle de Armas, aprovada em outubro de 1972 pelo Congresso, com incursões militares em cidades, em fábricas e em organizações populares em busca de armas. Com isso, não só os poderes e insti-

tuições que já mostravam seus limites na sustentação de um processo de transformação institucional foram poupados, como também foi concedido maiores poderes, com a conseqüente desmoralização dos setores populares.

A resposta popular também teria sido de outra envergadura se houvesse sido fomentada a partir do governo e por fora dele iniciativas de organização e ação que os setores populares estavam gerando no curso do processo, como comandos comunais, articulação de sindicatos e trabalhadores em cordões industriais, formas de organização de camponeses e indígenas para recuperar terras expropriadas, organizações de moradores e setores pobres urbanos e populares em geral para enfrentar o desabastecimento e o mercado informal, formas incipientes de defesa armada nos mais diversos setores e organizações populares.

Incentivar e favorecer todos esses surtos organizacionais e de ação exigia que os partidos e as autoridades do governo não apostassem todas as cartas em uma única forma de resolver o conflito de classes, as formas institucionais. A luta de classes não é um duelo entre cavaleiros onde as armas com as quais se enfrentarão são escolhidas de antemão. Os cenários possíveis têm de ser previstos e um deles é o que é necessário atuar com outra lei, e não com a estabelecida. O outro é amarrar as mãos previamente, apostando todas as probabilidades em uma única opção.

O fim é uma história conhecida. Em 11 de setembro de 1973, o presidente Allende cometeu suicídio no palácio do governo, enquanto aviões militares bombardeavam La Moneda, os corredores industriais e regiões populares. Pinochet e os demais comandantes-chefe das Forças Armadas constituíram a Junta Militar, que governaria por 16 anos, até 1989. Isso pôs fim ao projeto de revolução institucional, – que justificou suas vacilações com a ideia de impedir o derramamento de sangue – e que propiciou milhares de mortos e desaparecidos.

Os autores latino-americanos que retomam as propostas da “via democrática ao socialismo” fariam bem em realizar algum balanço da experiência do governo de Salvador Allende, e dos nós políticos

que essa experiência revelou<sup>37</sup>, e não repetir o *silêncio de Poulantzas*<sup>38</sup>. Afinal, esse processo pôs em marcha uma estratégia muito próxima da sua via democrático ao socialismo.

## Referências

AMORÓS, Mario. *Entre la araña y la flecha. La trama civil contra la Unidad Popular*. Espanha: Ediciones B, 2020.

ANDERSON, Perry. Dos revoluciones. In: *New Left Review*, n. 61. Equador, Quito: IAEN, 2010.

ÁVALOS, Gerardo. *La filosofía política de Marx*. Espanha: Herder, 2022.

BAMBIRRA, Vania. *La revolución cubana. Una reinterpretación*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974.

BONNET, Alberto. Evolución y paradojas del concepto de Estado en Poulantzas, VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado pela Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 a 24 de julho, 2015.

BONNET Alberto; PIVA, Adrián. (orgs.). *Estado y capital. El debate alemán sobre la derivación del Estado*. Buenos Aires: Herramienta, 2017. Disponível em: <http://herramienta.com.ar/ediciones-herramienta/Estado-y-capital-el-debate-aleman-sobre-la-derivacion-del-Estado>.

---

<sup>37</sup> Veja um balanço da estratégia de Unidade Popular, além da situação aqui delineada, em “Dos estratégias en el proceso chileno” (MARINI, 1976).

<sup>38</sup> O golpe militar no Chile foi em setembro de 1973 e a morte de Poulantzas em 1979. Nesse interim, o autor greco-francês publicou mais de um livro e artigo e em nenhum deles abordou o processo chileno, exceto notas de rodapé ou referências a duas linhas. É surpreendente porque até a data do golpe, o Chile era considerado um modelo de democracia na América Latina, razão pela qual cumpria os critérios considerados por Poulantzas – sociedade civil desenvolvida, cultura eleitora, etc –, para uma transição pacífica e democrática para o socialismo.

- DUSSEL, Enrique. *La producción teórica de Marx. Un comentario a los Grundrisse*. México: Siglo XXI, 1985.
- HIRSCH, J. *Elementos para una teoría materialista del Estado*. In: BONNET, Alberto; PIVA, Adrián. *Estado y capital. El debate alemán sobre la derivación del Estado*, Buenos Aires: Herramienta, 2017.
- HOLLOWAY John.; BONEFELD, Werner. (Orgs.). *¿Un nuevo Estado? Debate sobre la reestructuración del Estado y el Capital*. México: Editorial Cambio XXI, 1994.
- KOUVELAKIS, Stathis. *El pueblo griego estaba dispuesto a luchar*. In: Jacobin América Latina. 2021. Disponible em: <https://jacobinlat.com/2021/08/12/el-pueblo-griego-estaba-dispuesto-a-luchar/>. Acessado em: 12 ago. 2021.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*, México: Serie Popular Era, 1973.
- MARINI, Ruy Mauro. “Prólogo” al libro de Vania Bambirra *La revolución cubana. Una reinterpretación*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dos estrategias en el proceso chileno”*, *Cuadernos Políticos* n. 1. México: Editorial Era.
- MARINI, Ruy Mauro. *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*. México: Editorial Era, 1976.
- MARINI, Ruy Mauro. *La revolución latinoamericana y el socialismo como proceso histórico*, 1981. Disponible em: [www.marini-escritos.unam.mx](http://www.marini-escritos.unam.mx). Acessado em: 30 nov. 2021.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dos notas sobre el socialismo*. 1993. Disponible em: [www.marini-escritos.unam.mx](http://www.marini-escritos.unam.mx). Acessado em: 20 de novembro de 2021.



- MARX, Karl. *Manuscritos: economía y filosofía*. Espanha: Alianza Editorial, 1984.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. 1857-1858*. Vol 1. Buenos Aires: Siglo XXI, Argentina Editores, 1987.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Segundo manifesto del Consejo General de la Asociación Internacional de los Trabajadores sobre la guerra franco-prusiana*. In: *Obras Escogidas* tomo II. Moscou: Editorial Progreso, 1979.
- OSORIO, Jaime. *El Estado en el centro de la mundialización. La sociedad civil y el asunto del poder*. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- OSORIO, Jaime. *El hiato entre Estado y Aparato: capital, poder y comunidad*. In: *Argumentos* n. 64, septiembre-diciembre. México: UAM-Xochimilco, 2010.
- OSORIO, Jaime. *Sistema mundial, intercambio desigual y renta de la tierra*. México: Ediciones Itaca/UAM-Xochimilco, 2017.
- PASHUKANIS, Evgeny Bronislávovitch. *La teoría general del derecho y el marxismo*. México: Grijalbo, 1976.
- PÉREZ SOTO, Carlos. *Proposiciones de un marxismo hegeliano*. Santiago de Chile: Arcis/LOM, 2008a.
- PÉREZ SOTO, Carlos. *Desde Hegel. Para una crítica radical de las ciencias sociales*. México: Editorial Itaca, 2008b.

- PÉREZ SOTO, Carlos. *De la relación entre Hegel y Marx y sus diferencias sobre el Estado de Derecho*. In: *Argumentos* n. 86. México: División de Ciencias Sociales y Humanidades, UAM-Xochimilco, 2018.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo y dictadura. La III Internacional frente al fascismo*. México: Siglo XXI Editores, 1971.
- POULANTZAS, Nicos. *A Crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Tradução de Lia Zatz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- POULANTZAS, Nicos. *El Estado y la transición al socialismo*. Entrevista realizada por Henri Weber. Publicado originalmente em *Critique Communiste* n. 16, junio, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 3ª edição, 1990.
- SOHN-RETHEL, Alfred. *Trabajo manual y trabajo intelectual. Crítica de la epistemología*. Madrid: Dado Ediciones, 2017.
- ZIZEK, Slavoj. *El sublime objeto de la ideología*. México: Siglo XXI Editores, 1992.
- ZIZEK, Slavoj. *Sobre la violencia. Seis reflexiones marginales*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2009.